

- c) Documentos comprovativos das acções de formação e de aperfeiçoamento profissional frequentadas pelos candidatos donde constem o conteúdo, a respectiva duração e a entidade fornecedora;
- d) Declaração autenticada passada pelo serviço a que o candidato pertence da qual conste a natureza do vínculo à função pública, bem como as classificações de serviço (qualitativas e quantitativas) dos anos relevantes;
- e) Os documentos comprovativos dos requisitos gerais de admissão referidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, podem ser substituídos por declaração, sob compromisso de honra;
- f) Outros documentos comprovativos de elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

15 — A não apresentação juntamente com o requerimento dos documentos exigidos no presente aviso determina a exclusão dos candidatos, de acordo com o n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

16 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

17 — O júri poderá, se assim o entender, exigir a qualquer dos candidatos a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações, em caso de dúvida e para melhor esclarecimento da situação que descreve.

18 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Licenciada Maria Adelaide Ferreira, assessora.
Vogais efectivos:

- 1.º Licenciada Maria Margarida Gonçalves Machado, especialista informática do grau III, nível 1.
- 2.º Licenciada Celina de Jesus Almeida de Menezes, assessora principal.

Vogais suplente:

- 1.º Licenciada Maria Luísa Garcia Fernandes Pombo Cardoso, assessora principal.
- 2.º Licenciada Maria Leopoldina de Carvalho Torres, técnica superior principal.

Nas ausências e impedimentos do presidente do júri, este será substituído pelo 1.º vogal efectivo.

13 de Abril de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Teresa Paixão*.

Despacho n.º 9644/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e na sequência de procedimento público de selecção devidamente publicitado na bolsa de emprego público e em órgão de imprensa escrita de expressão nacional, tendo em vista o provimento, em regime de comissão de serviço, do lugar de director do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Financeiros do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P. (IQF), cargo de direcção intermédia de grau 1, previsto no n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 115/97, de 12 de Maio, após avaliação das candidaturas apresentadas mediante entrevistas

de aferição do grau de proficiência demonstrável por análise e discussão curricular, face a um perfil de competências desejáveis para um adequado desempenho, no quadro da prossecução dos objectivos e das atribuições daquele Departamento, o conselho directivo do IQF delibera, ao abrigo do disposto nas referidas normas legais, nomear, em regime de comissão de serviço e por urgente conveniência de serviço, a licenciada Maria Adelaide Fernandes Alves Ferreira para o cargo de directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Financeiros.

13 de Abril de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Teresa Paixão*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional da licenciada Maria Adelaide Fernandes Alves Ferreira

Curriculum académico:

Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, em 1975;
Pós-graduação em Estudos Europeus pelo Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, em 1996.

Curriculum profissional:

Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Financeiros do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P. (IQF), em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço;
Técnica superior (assessora) do quadro da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), de Janeiro de 2003 a Janeiro de 2005;
Directora do Gabinete de Formação do IAPMEI, de Janeiro de 2001 a Janeiro de 2003;
Chefe de projecto do Gabinete do Supervisor do QCA II, de Abril de 1999 a Dezembro de 2000;
Assessora do Gabinete da Ministra para a Qualificação e o Emprego e do Secretário de Estado do Emprego e Formação, de Agosto de 1996 a Abril de 1999;
Chefe de projecto do PPDR — Intervenção Operacional da Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional, de Janeiro de 1995 a Agosto de 1996;
Directora de Infra-Estruturas e Acompanhamento Técnico da OID/PS — Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal, de Julho de 1993 a Dezembro de 1994, e técnica superior, de Agosto de 1990 a Junho de 1993;
Técnica superior do IAPMEI — Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, de 1978 a 1989.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Listagem n.º 117/2005. — *Empreitadas efectuadas no ano de 2004.* — De acordo com o estabelecido no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, indicam-se as obras adjudicadas pelo Instituto da Segurança Social:

Serviços centrais

Obra adjudicada	Entidade adjudicatária	Valor (euros)	Forma de atribuição
Remodelação do piso 1, Rua de Rosa Araújo, 43 (arquitectura, ventilação e instalações eléctricas).	Brera	143 985,63	Concurso limitado sem apresentação de candidatura.
Impermeabilização do terraço, Rua de Castilho, 24, 9.º, Lisboa.	Tubáqua	13 982,50	Ajuste directo.
Correcção, adaptação e ampliação da rede estruturada, Rua de Castilho, 24, 8.º e 9.º, Lisboa.	Eurotelecom	4 417,88	Ajuste directo.
Correcção, ampliação e melhorias na rede estruturada, Rua de Castilho, 24, 6.º, Lisboa.	Eurotelecom	4 770	Ajuste directo.

Centro Nacional de Pensões

Obra adjudicada	Entidade adjudicatária	Valor (euros)	Forma de atribuição
Remodelação de coluna e quadros — Avenida da República, 102, Lisboa.	EIe — Electricidade e Instalações Especiais, L. ^{da}	58 526,58	Concurso limitado sem publicação de anúncio — alínea b) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março.